

O IMPACTO DAS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO NA RENDA DOS AGRICULTORES: UM ESTUDO NUMA COMUNIDADE RURAL

Keila Valandro¹, Miguel Angelo Perondi², Norma Kiyota³, Ana Paula Schervinski Villwock¹, Danieli Simonetti¹

1Graduanda em Agronomia, UTFPR; 2Professor na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Eng. Agrônomo, Dr. em Desenvolvimento Rural; 3 Pesquisadora da Área de Socioeconomia do IAPAR. Eng. Agrônoma, Dra. em Desenvolvimento Rural.

Resumo - Essa pesquisa parte da realidade de uma comunidade rural no Sudoeste do Paraná, que apresenta uma produção expressiva de commodities agrícolas e uma frágil estratégia de diversificação do sistema de produção com agregação de valor. A partir disso, pergunta-se: a especialização em commodities reduz a renda das famílias rurais? Existe correlação positiva entre diversificação e aumento da renda? O que torna a agricultura familiar pobre? Portanto, essa pesquisa procura estudar e compreender as diferentes estratégias de renda e meios de vida dos agricultores familiares de uma comunidade rural do município de Itapejara d'Oeste – PR, no ano agrícola de 2009/2010, bem como, evidenciar as razões das possíveis eficiências e ineficiências econômicas de acordo com suas estratégias de diversificação da renda e acesso a diferentes recursos de capital social, ambiental, financeiro, físico e humano. Percebeu-se ao final que a especialização da produção, principalmente em commodities agrícola, reduz a renda média e que a diversificação proporcionou um efeito contrário. Outra percepção foi a de que as unidades especializadas dispunham de pouca mão-de-obra, ao passo que ao se dispor de maior força de trabalho houve uma maior diversificação agrícola. Verificou-se, também, a importância das rendas não-agrícolas, transferências sociais e atividades fora da unidade de produção, para a elevação da renda total do estabelecimento rural.

Palavras-Chave: The farmers' income diversification strategy at Barra Grande community in Itapejara d'Oeste – Southwest of Paraná

The farmers' income diversification strategy at Barra Grande community in Itapejara d'Oeste – Southwest of Paraná

Abstract- This research starts from the reality of a rural community in Paraná, which presents a significant production of agricultural commodities and a weak strategy to diversify the production system with added value. From this, the questions arise: specialization in commodities reduces the income of rural households? There is positive correlation between diversification and increased income? Therefore, this research seeks to study and understand the different strategies of income and livelihoods of farmers in a rural community in the municipality of Itapejara d'Oeste-PR, in the agricultural year 2009/2010, as well as, highlight the reasons of possible efficiencies economic inefficiencies and according to their strategies of income diversification and access to different features of social capital, environmental, financial, physical and human. Finally, the authors realized that the specializations of production, particularly in agricultural commodities reduce the average income and the other hand the diversification provided an opposite effect. Another perception was that the specialized units had little manpower, whereas when they have higher labor force was greater agricultural diversification. It was also noted the importance of non-agricultural incomes, social transfers and activities outside the production unit, for lifting the total income of the rural establishment.

KeyWord: Family Farm, Income Diversification and Income Strategies

1. INTRODUÇÃO

No panorama do meio rural foi revelado nos anos 1990, um ator com grande importância econômica e social: o agricultor familiar. A agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável (SCHUCH, 2004).

Numa sociedade cada vez mais competitiva, para que a agricultura familiar possa estar inserida no mercado, é necessário dispor de diferentes opções de trabalho e de meios de sobrevivência. A diversificação rural corrobora com este desafio, pois, ameniza os riscos da atividade principal em renda e garante a manutenção familiar. Além disso, revitaliza o meio ambiente, cria novas oportunidades de relações sociais, atividades econômicas e fortalece o desenvolvimento rural.

Neste íterim, essa pesquisa parte da realidade de uma comunidade rural no Sudoeste do Paraná, que apresenta uma produção expressiva em commodities agrícolas e uma frágil estratégia de diversificação do sistema de produção com agregação de valor. Então, se pergunta: (1) a especialização em commodities reduz a renda das famílias rurais? (2) existe correlação entre diversificação e o aumento de renda?

Portanto, essa pesquisa procura estudar e compreender as diferentes estratégias de renda e meios de vida dos agricultores familiares de uma comunidade rural do município de Itapejara d'Oeste - PR no ano agrícola de 2009/2010. Bem como, evidenciar os motivos que levam os agricultores a diversificar (ou não) o seu meio de vida e as razões das possíveis eficiências e ineficiências econômicas de acordo com suas estratégias de diversificação da renda.

2. IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO

Nos anos recentes é marcante o modo como ocorreram as mudanças e reorientações das políticas públicas para o meio rural brasileiro, destacando-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. O surgimento deste programa representou o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. Este fato recente merece destaque, pois até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública especial, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades desse segmento social do meio rural brasileiro (SCHNEIDER, 2005).

A Lei 11.326 aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República em 24 de julho de 2006 como “Lei da agricultura familiar” estabelece:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos de: I - não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; III - ter a renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Segundo informações recentes do Censo Agropecuário 2006, no Brasil existem 4.367.902 agricultores familiares, o que representa 84,4% do total de estabelecimentos rurais existentes no país (IBGE, 2009). A área média dos estabelecimentos familiares é de 18 ha, enquanto a dos não-familiares é 309 ha. Além de produzir alimentos para o auto-consumo, os agricultores e suas famílias são responsáveis por grande parcela dos alimentos que chegam à mesa do consumidor brasileiro, como: 87% da produção nacional de mandioca, 70% de feijão, 46% de milho, 38% de café, 34% de arroz e 21% do trigo. E, com menor participação, com 16% da soja. Já em relação à pecuária, os estabelecimentos familiares foram responsáveis por 58% de leite do país e possuíam 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves e 30% dos bovinos.

Além da produção de alimentos, a agricultura familiar absorve 74,4% da mão-de-obra ocupada no campo e é responsável por 40% do Valor Bruto da Produção. Agrega em média R\$ 677,00/ha/ano, enquanto a agricultura não-familiar agrega em média R\$ 353,00/ha/ano. Apesar de todos estes números e a importância para a segurança alimentar, a agricultura familiar ocupa apenas 24,3% da área agrícola total e 80% dos agricultores não receberam nenhum tipo de financiamento (IBGE, 2009).

O Sul do Brasil é a região que mais se sobressai na produção familiar; em 2004, o PIB do agronegócio familiar nacional atingiu a cifra de R\$ 181 bilhões, dos quais cerca de 44%, ou R\$ 80 bilhões, estavam concentrados na região Sul e, destes, metade estava no Rio Grande do Sul, totalizando R\$ 40 bilhões. Este estado é líder em vários segmentos do agronegócio familiar, dentre os quais podem ser destacados a produção de fumo (60%), a indústria tabagista (87%), a produção de trigo (39%), soja (35%), arroz (23%) e a indústria de móveis (61%). No caso da soja, o estado líder na produção familiar é o Paraná, com uma participação de 38%, a qual, somada à do Rio Grande do Sul, atinge quase 80%

da produção familiar desse grão. No que diz respeito à pecuária familiar, o Rio Grande do Sul tem o maior PIB individual na criação de suínos (66%) e uma indústria calçadista também muito forte, concentrando 78% da produção (GUILHOTO et al., 2005).

Para esse mesmo autor a região Sul possui peculiaridades que determinam o êxito das unidades de produção familiares rurais. Fatores inerentes à forma de colonização e a herança cultural de povos europeus capacitaram os produtores a desenvolver formas de associativismo, permitindo que pequenas unidades produtoras pudessem competir com as maiores, apresentado o mesmo potencial de absorção tecnológica das patronais.

Dentre as cinco regiões do Brasil, o Sul e o Centro-Oeste têm grande parte da economia agrícola nas mãos da agricultura, sendo a primeira caracterizada por uma agricultura familiar dinâmica e a segunda com o predomínio do segmento patronal.

No Paraná dos 371.051 estabelecimentos agropecuários existentes, 81,6% se enquadram como agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total. Estas unidades familiares respondem por 43% do Valor Bruto da Produção (VBP) e por 70% do pessoal ocupado na agricultura do Estado (IPARDES, 2009).

Os dados significam que o Paraná apresentou percentuais de estabelecimentos de agricultura familiar próximos aos do Brasil e da região Sul, ambos com 84,4%. Entretanto, a região Sudoeste do Paraná, onde se localizam municípios, como Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste e Pato Branco, apresenta um percentual maior, com 88,9% de estabelecimentos da agricultura familiar.

A região Sudoeste do Paraná possui uma história marcada pela presença dos agricultores na dinamização de sua economia local em que 40% (189.582) de sua população reside no campo. Na região existe um total de 47.276 estabelecimentos rurais, sendo 43,7% com área inferior a 10 ha e 53,7% entre 10 e 100 ha, ou seja, somando os estabelecimentos até 100 hectares são 97,4% do total. Assim, os municípios dessa região apresentam uma densidade demográfica aproximada de 50 habitantes por Km², ou seja, são municípios rurais, pois segundo Veiga (2002), uma densidade demográfica menor do que 80 habitantes por Km² caracteriza os municípios como sendo rural.

Portanto, a opção por estudar uma comunidade de Itapejara d'Oeste se deve em primeiro lugar por se tratar de um município rural (população de 10.532 habitantes e densidade demográfica de 41,43 hab/Km²), mas também, por apresentar no seu meio rural, a conformação de um padrão de trabalho baseado na família, pequena propriedade e agricultura de encostas e de clima temperado.

O objetivo geral desta pesquisa é estudar e

compreender as diferentes estratégias de renda e vida dos agricultores diante de distintos acessos a recursos, como, área, capital financeiro e mão-de-obra numa comunidade rural do município de Itapejara d'Oeste - PR no ano agrícola de 2009/2010. Bem como, compreender as dificuldades encontradas para a melhoria da renda no meio rural e qualificar as razões da eficiência econômica da agricultura familiar. Apresenta indicadores que caracterizam a renda agrícola da agricultura familiar, a importância da agricultura familiar na região estudada, uma revisão sobre mercantilização e diversificação. E, finalmente, uma análise comparativa entre os grupos encontrados.

2.1 Commodities agrícolas e pobreza rural

Segundo Perondi (2007) a dependência das famílias rurais e da economia regional na produção de commodities agrícolas é uma das principais causas da crise social e econômica que ocorreu no Sudoeste do Paraná nas safras 2004/2005 e 2005/2006, sendo necessário tornar as famílias rurais mais independentes das commodities agrícolas.

Uma das conseqüências da dependência da produção de commodities agrícolas é o baixo potencial de ocupação dos jovens no meio rural, portanto, além de viabilizar as atividades agrícolas no interior da agricultura familiar, existe a necessidade de fomentar um ambiente propício às atividades não-agrícolas e verticalizar a produção rural.

Porém, um fato que vem sendo tema de muitos debates e uma realidade enfrentada pela população rural é a pobreza. A incidência da pobreza rural se manteve constante durante três décadas e, há 20 anos, convivemos com mais pobres nas áreas rurais. A pobreza afeta diretamente quatro em dez países da América Latina (CEPAL, 2002).

Apesar dos agricultores familiares não possuírem muitas entradas monetárias, a família não passa por muitas necessidades devido a sua capacidade de autoconsumo. Produtos empregados para autoconsumo como batatinha, milho, feijão, frutas e legumes são fundamentais para as unidades familiares, porque propiciam alternativas entre consumo e venda e permitem ao agricultor familiar um maior domínio e autonomia para fazer frente à mercantilização do processo produtivo e do próprio consumo de alimentos. Outro aspecto importante refere-se à questão da autonomia de insumos externos à propriedade.

Como salientado anteriormente, a baixa renda agrícola nas pequenas propriedades e, por conseqüência, a pobreza rural acaba se tornando um fator preocupante, assim indagamos: como elevar a renda do agricultor do Sudoeste do Paraná?

2.2 O processo de diversificação dos meios de vida e da renda rural

"[...] diversificação dos meios de vida é o processo pelo qual as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviver e melhorar o seu padrão de vida" (ELLIS, 1998, apud PERONDI, KIYOTA e GNOATTO, 2009).

Compreender então as formas de diversificação dos meios de vida da agricultura familiar é entender a sua capacidade de sobrevivência e de transformação frente ao processo de mercantilização.

Frank Ellis procurou explicar a utilidade e a função da diversidade para compreender e operacionalizar a abordagem dos meios de vida, salientando a capacidade de diversificação em processos sociais e econômicos. Além disso, pressiona as famílias para que diversifique o seu meio de vida, como também seu local (PERONDI, 2007).

Para Ellis, é importante perceber a capacidade de diversificação dos meios de vida, uma capacidade que cria a diversidade em processos sociais e econômicos e que se reflete em fatores que pressionam e oportunizam as famílias para que diversifique o seu meio de vida, como também o seu local (ELLIS, 2000 apud PERONDI et al., 2009).

A diversificação da renda é uma trajetória possível para se sair do estado de pobreza, um processo que pode acontecer de diferentes maneiras: constituindo um expediente de sobrevivência usado pelos mais pobres, apenas para continuar residindo na área rural, ou propiciando um complemento de renda que viabiliza a modernização da atividade agrícola e alguma acumulação de capital. Além disso, pode tornar-se um seguro contra riscos climáticos e econômicos, impedindo que as famílias caiam abaixo da linha de pobreza nos períodos de escassez agrícola ou de preços baixos e, principalmente, as rendas complementares podem aumentar as chances de obter novos ativos físicos ou qualificações que ajudem a sair do patamar de pobreza a longo prazo (KAGEYAMA, 2003).

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas têm possibilitado à população do meio rural, elevar seu poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo" (SCHNEIDER, 1999).

A diversificação configura-se, portanto, como uma opção plausível, capaz de proporcionar meios para elevar as vantagens relativas de áreas rurais, garantindo a biodiversidade e ampliando o mercado de trabalho. E é uma estratégia, freqüentemente, adotada pelos agricultores brasileiros. O esforço da diversificação destina-se não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas, igualmente, a

garantir o auto-consumo (WANDERLEY, 1996).

Quando o produtor possui apenas uma atividade como principal fonte de renda, pode correr o risco de perder a produção devido a pragas, doenças ou clima, além de se manter subordinado às condições de mercado. Entretanto, a diversificação representa a redução de riscos para o produtor rural e a independência de uma única maneira de sobreviver.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa procurou atualizar o banco de dados da pesquisa de Perondi (2007), na qual foram refeitas as entrevistas amostrais em 10% do conjunto de agricultores familiares da comunidade Barra Grande no município de Itapejara d'Oeste, aplicando um novo questionário estruturado, ou seja, os agricultores apenas responderam o que lhe foi questionado, não havendo perguntas abertas.

Portanto, este é um estudo de caso sobre a realidade de uma comunidade de agricultores familiares chamada Barra Grande, localizada no município de Itapejara d'Oeste, na região Sudoeste do Paraná.

O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, que tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real. O propósito fundamental do estudo de caso é analisar intensivamente uma dada unidade social. Por isso, o estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida, quando o pesquisador procura responder questões de "como" e "por quê" de certos fenômenos ocorrerem, e que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (GODOY, 1995).

Por isso, considerou-se possível amostrar as propriedades de no máximo 120 ha e empregados permanentes em número inferior à força de trabalho da família.

O período avaliado para a análise econômica da renda agrícola familiar foi referente à safra agrícola de 2009/2010, da mesma forma, as rendas não-agrícolas consideradas, foram as obtidas no período de setembro de 2009 até agosto de 2010. Neste caso, as propriedades rurais são chamadas de UPA (Unidade de Produção Agropecuária). Com este questionário pretendeu-se entender a diversidade de estratégias comum aos sistemas de produção familiar e os dados foram computados em planilha Excel®.

Para a análise da unidade de produção foram considerados os indicadores:

- Consumo Intermediário (CI) – São valores gastos com insumos e serviços adquiridos consumidos totalmente no processo produtivo;
- Depreciação (D) – está relacionada à perda de valor dos bens (máquinas, benfeitorias, equipamentos) com os desgastes decorrentes das transformações no

- processo produtivo;
- Divisor do Valor Agregado (DVA) - são as despesas para manter a propriedade como os impostos, parcelas de financiamentos, despesas com mão-de-obra contratada;
 - Renda Agrícola (RA) – é parte da riqueza produzida, ou seja, o que sobra do PB descontadas todas as despesas da propriedade. É obtida pela subtração do DVA do VAL da seguinte forma: RA=VAL – DVA
 - Renda Não-Agrícola (RNA) - é o montante de recursos financeiros provenientes de salários, de aluguéis, aposentadoria ou pensão, pensão alimentícia, mesada ou doação, renda mínima, bolsa-escola ou seguro-desemprego e outros rendimentos;
 - Renda Total (RT) – é o somatório de todas as rendas, sejam elas agrícolas e não-agrícolas;
 - Já as fontes de renda são classificadas como:
 - Agrícola: envolve a participação direta na produção animal como vegetal;
 - Para-agrícola: proveniente das atividades que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor;
 - Atividades Fora da UPA: é a renda oriunda de atividades não-agrícolas;
 - Não-agrícola: a renda advinda das demais atividades;
 - Transferências sociais: aposentadorias, pensões, auxílios do governo.
 - Para determinar a força de trabalho da família foi feito um levantamento, a partir do questionário aplicado, descrevendo a constituição das famílias e as características dos integrantes familiares que se encontram na UPA.
 - Unidade Trabalho/Homem (UTHf) – Empregado para quantificar a disponibilidade da mão-de-obra na UPA. Refere-se ao somatório da mão-de-obra familiar.

UTH – corresponde ao tempo de 300 dias trabalhados no ano com oito horas diárias, por indivíduos com idades entre 18 e 59 anos. Foi considerada a disponibilidade da UTH, o tempo que a pessoa dedica às atividades da UPA da seguinte forma: dedicação exclusiva ao trabalho agrícola corresponde 100%; somente pela manhã 50%; somente à tarde 50% e somente nos finais de semana 25%. Como no meio rural encontram pessoas ativas fora desta faixa etária, consideramos de acordo com Lima et al., (1995): crianças de 7 a 13 anos representam 0,5 UTH; jovens de 14 a 17 0,65 UTH; adultos de 18 a 59 1 UTH; e idosos com mais de 60 anos 0,75 UTH.

Dessa forma, as onze famílias foram divididas em dois grandes grupos. O grupo dos especializados (7) e o grupo dos diversificados (4). E, a tipificação desses grupos levou em consideração o “Índice de Diversificação da Renda” (ID) dos sistemas de produção, utilizado por Andrade (1995) que mede a desconcentração da renda familiar pela seguinte expressão: $ID = 1/\sum Fi^2$.

Conforme explica Andrade, o Fi representa a fração da renda bruta total (ou margem bruta) proveniente da linha de exploração i ($i = 1,2,\dots,n$, sendo n= número de explorações da propriedade). Para melhor elucidar esse indicador, quanto mais próximo de um estiver o resultado, menos diversificada é a

unidade de produção.

O ID leva em consideração a renda bruta total das propriedades agrícolas, incluindo as atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da UPAs. Lembrando que as transferências sociais como aposentadorias, pensões, etc. não são incluídas no cálculo por não serem resultado da força de trabalho, o que resulta em grupos mais próximos a realidade vivida no campo. Dessa maneira, compõe o grupo dos especialistas, as famílias que possuem seu ID inferior a média do ID das 11 famílias, que neste caso é de 2,89, e o grupo dos diversificados tem um ID igual ou superior a média. Assim, é realizado o comparativo entre as UPAs da comunidade Barra Grande de Itapejara d'Oeste, no critério das estratégias de diversificação da renda rural.

4. DIVERSIFICAÇÃO DA RENDA DOS AGRICULTORES DE BARRA GRANDE

As UPAs analisadas neste trabalho foram divididas em dois grandes grupos: Diversificados e Especializados, sendo quatro diversificadas e sete especializadas.

Analisando o ID das propriedades, percebemos que as diferenças são gritantes, cinco vezes maior do que no mais diversificado, como observado na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Estratificação dos produtores de acordo com ID e suas respectivas atividades no período de agosto de 2009 e setembro de 2010.

Grupos	ID	Atividades
Especializados	1,14	Leite/Animais + Autoconsumo + Ativ. Fora da UP
	1,44	Leite/Animais + Transformação Caseira + Frangos
	2,29	Grãos + Frango + Leite/Animais
	2,32	Grãos + Frango + Ativ. Não-Agrícola
	2,32	Grãos + Leite/Animais + Autoconsumo
	2,55	Ativ. Não-Agrícola + Frango + Ativ. Agrícola Fora da UP
	2,81	Frango + Grãos + Leite/Animais
Média Geral	2,89	
Diversificados	3,15	Grãos + Ativ. Agrícola Fora da UP + Ativ. Não-Agrícola
	3,59	Frango + Grãos + Leite/Animais
	4,26	Leite/Animais + Frango + Transferência social
	5,86	Suínos + Peixe + Grãos

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

As atividades são descritas em ordem decrescente em relação à proporção da renda total da propriedade. Num comparativo dessas atividades, 72% dos agricultores especializados (5) possuem atividade de integração avícola, uma estratégia que absorve mão-de-obra e inviabiliza uma maior diversificação da propriedade. Verifica-se, também, uma maior dependência dos especializados com a produção de commodities agrícola, sendo que 43% das UPAs especializadas têm essa atividade como a maior fonte de renda.

A produção de commodities é tida como uma das responsáveis pela pobreza no meio rural, pois estas, de forma geral, geram uma baixa renda por

área plantada (PERONDI, 2007), entretanto, a região Sudoeste do Paraná segue privilegiando a produção de commodities agrícolas, uma estratégia de desenvolvimento que fragiliza e asfixia as próprias propostas de desenvolvimento endógeno que os agricultores apresentam de forma dispersa pelo território. Entretanto, observa-se na Tabela 1, que 75% das UPAs diversificadas possuem a atividade de grãos, também, presente nas UPAs especializadas.

Todavia, o sistema de produção de grãos commodities não impede que no seu esquema de reprodução, o mesmo agricultor assuma essa atividade em sua estratégia de diversificação endógena com espaços de maior ou de menor externalidade, dependendo da sua capacidade de “criação de valor agregado e de empregos produtivos” (VAN DER PLOEG, 2006).

A agricultura familiar no estado do Paraná tem participação de 76% da produção de soja, além da participação expressiva na produção de aves (integração), suínos, bovinos e na pecuária leiteira. As atividades que estão mais evidentes na comunidade Barra Grande são grãos, leite/animais e integração, condizentes com esse cenário.

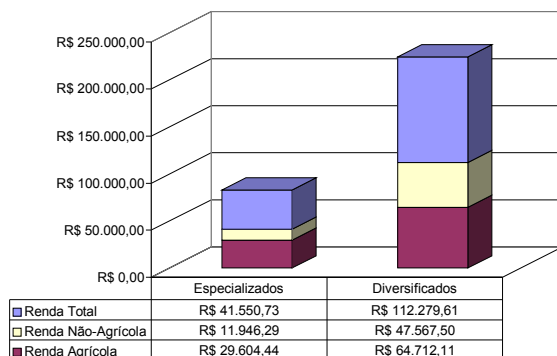


Figura 1. Composição da média das Rendas Agrícola, Não-agrícola e Total das UPAs diversificadas e especializadas na comunidade de Barra Grande no período de agosto de 2009 e setembro de 2010. Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Com a tabulação apresentada na Figura 1, foi possível observar que a média da Renda Total das propriedades diversificadas é de R\$ 112.279,61 uma renda bastante elevada, já para os especializados essa renda decresce duas vezes, passando para uma renda média de 41.550,73. As médias das UPAs diversificadas apresentam renda mensal de R\$ 9.356,63 e as especializadas de R\$ 3.462,56, números muitas vezes superiores aos apresentados pela população urbana.

A renda total se torna um indicador extremamente importante, pois ressalta o valor que permanece na propriedade após descontar todas as despesas geradas, possibilitando ao agricultor investir esse valor no conforto familiar, em novos investimentos ou numa reserva para o futuro.

A renda agrícola tem como principal característica uma intrínseca instabilidade, relacionada aos preços agrícolas e à dependência das condições climáticas. Fica evidente que essas flutuações na renda agrícola pode ocasionar impactos no setor agrícola e na economia, como um todo.

Para a renda agrícola, averigua-se uma dissimilaridade muito grande entre as UPAs especializadas e diversificadas. Sendo que a média das UPAs especializadas é R\$ 29.604,44, o que representa 71% da renda total, mostrando a dependência desses produtores à instabilidade do mercado e do clima. Para as UPAs diversificadas, a percentagem é bem menor, aproximadamente 58%. O que representa um montante de R\$ 64.712,11, sendo esse valor, na média, duas vezes maior que as especializadas.

Pode-se verificar que em propriedades diversificadas há a presença muito forte da renda não-agrícola em relação à renda total, que chega a ser superior a 42%, sendo semelhante a dados apresentados por HILL (1999, apud KAGEYAMA, 2001) onde países da Europa, como Itália, Bélgica, Espanha, Portugal, França, Grécia e Dinamarca possuem renda não-agrícola entre 33% e 50% da sua renda total. Já as UPAs não diversificadas, apresentaram valores mais baixos, próximos a 30%, similar a países como Holanda e Áustria, com renda não-agrícola representando menos de 33% da renda total.

O desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas está amarrado a dois fatores principais: os incentivos financeiros oferecidos, o risco coerente entre atividades agrícolas e não-agrícolas e a capacidade da família, determinada principalmente pela renda, educação e acesso a crédito, etc. para conseguir se estabelecer em tais atividades.

Essa atividade visa não substituir a atividade agrícola, mas sim, se torna uma rota para sair da pobreza por intermédio de salários regulares e atividades autônomas e, também, como uma “rede de segurança” (safety net) para impedir que os pobres piorem ainda mais, permitindo complementos eventuais com salários não-agrícolas (KAGEYAMA, 2001).

Tabela 2. Média dos indicadores econômica dos grupos especializados e diversificados no período de setembro de 2009 a agosto 2010.

Grupos	RT	SAU (ha)	UTHf	RT/SAU (R\$/ha)	RT/UTHf
Especializados	R\$ 41.550,73	22,50	1,99	R\$ 3.521,12	R\$ 28.747,29
Diversificados	R\$ 112.279,61	33,73	2,78	R\$ 3.522,83	R\$ 44.739,09

Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Dentre as comparações possíveis na Tabela 2, é interessante perceber que a média da Superfície Agrícola Útil (SAU) é maior nas UPAs diversificadas que nas especializadas. Apresentando uma diferença de 11 hectares, que permite que as UPAs diversificadas aumentem seu portfólio de atividades resultando numa renda total média mais elevada.

Na mesma tabela se percebe que a média de Unidade de Trabalho Homem Familiar (UTHf) é de 2,78 por UPAs diversificada, já para as UPAs especializadas essa média decresce um pouco passando para 1,99 UTHf. Isso corrobora com Simonetti, Villwock e Perondi (2010), em que a maior disponibilidade de força de trabalho propiciou maior diversificação.

Como consequência o grupo dos diversificados apresenta uma renda total maior nas UPAs diversificadas e uma RT/UTHf maior comparado com as especializadas, resultando também em uma RT/SAU maior nas UPAs diversificadas.

Na Figura 2, a seguir, apresentam-se a magnitude do Produto Bruto (PB) médio entre produtores familiares especializados e diversificados e com as respectivas proporções de Renda Agrícola, Depreciação (D), Divisor do Valor Agregado (DVA) e Consumo Intermediário (CI). A proporção da renda agrícola média no produto bruto não difere entre especializados e diversificados, no entanto, difere em magnitude, pois, as famílias diversificadas contêm uma renda agrícola média R\$ 35.107,67 maior que as especializadas.

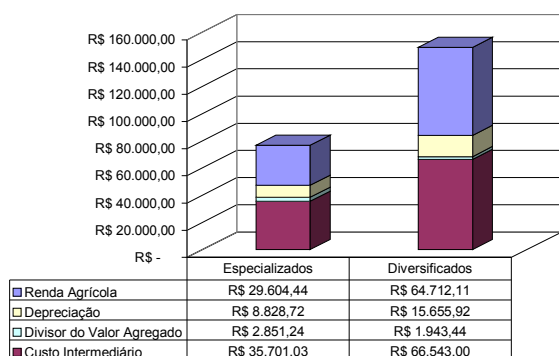


Figura 2. Proporção das médias da Renda Agrícola (RA), Depreciação (D), Divisor do Valor Agregado (DVA) e Consumo Intermediário (CI) das atividades agrícolas de famílias especializadas e diversificadas entre setembro de 2009 e agosto de 2010. Fonte: pesquisa de campo, 2011.

Na média o Consumo Intermediário é maior nas propriedades diversificadas com valor de R\$ 66.543,00 quando comparado com as especializadas que atingem um valor de R\$ 35.701,03. Um dos fatores para o valor ser mais elevado nas propriedades diversificadas, porém em proporções pouco diferentes, é a média maior da SAU dos agricultores diversificados, mesmo assim significa uma alta externalidade dos meios de produção, sendo que existe uma grande proporção da produção de commodities agrícolas nos sistemas de produção dos agricultores familiares da região. Segundo Van Der Ploeg (2006) é uma atividade que pouco valor agrega a partir de um ciclo de produção anterior, pelo contrário, transferem o valor agregado para as agências externas.

Um indicador que foi superior nas UPAs

especializadas na proporção de 3,7% (R\$ 2.851,24) em relação às diversificadas 1,3% (R\$ 1.943,44) é o Divisor do Valor Agregado que é resultado dos impostos pagos, contratação de mão-de-obra, parcelas de financiamentos. Portanto com uma menor média da superfície agrícola útil os agricultores especializados tiveram maiores despesas com a contratação de mão-de-obra ou financiamentos principalmente, de custeio para a safra agrícola em questão.

Na Figura 2, observa-se que a proporção da depreciação em relação ao consumo intermediário é muito pequena, o que demonstra a predominância do uso de maquinários agrícolas e demais equipamentos que já ultrapassaram sua vida útil, encarecendo os gastos com manutenção e contribuindo para elevando CI. Entretanto, esta pode ser uma característica positiva que resulta do uso compartilhado de máquinas e equipamentos entre as famílias, ou mesmo, de associações de máquinas e equipamentos. Estratégias estas que colaboram para aperfeiçoar um determinado capital disponível, e por consequência, reduzir o montante que seria imobilizado em depreciação.

Na Figura 3, a seguir, é possível observar a composição da renda total que resulta da soma das transferências sociais, atividades agrícolas fora da unidade de produção, atividades não-agrícolas e rendas agrícolas.

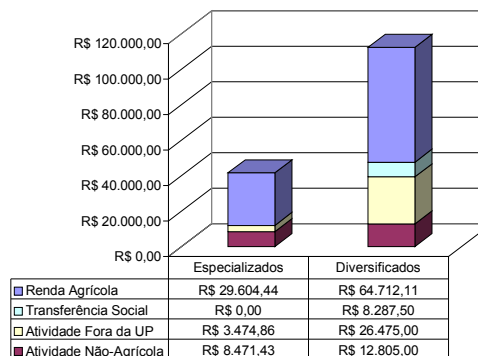


Figura 3. Composição média da renda total dos agricultores especializados e diversificados entre setembro de 2009 e agosto de 2010.

Observa-se na Figura 3 que a renda agrícola média agrícola das UPAs especializadas representam 71% da renda total, verifica-se uma alta concentração da renda agrícola na renda total, porém, nas UPAs diversificadas essa percentagem cai para 57%, sendo esta diferença representada pela desconcentração da atividade agrícola na UP.

As atividades Fora da UP têm um valor expressivo no grupo dos agricultores diversificados representando um valor médio de R\$ 26.475,00, o que significa um ganho mensal de R\$ 2.206,25. No entanto para o grupo dos especializados esse valor decresce 15%, o que representa somente um valor médio de R\$ 3.474,86, ou seja, um valor mensal de

R\$ 289,57. Apesar dessa disparidade essa renda apresenta um papel fundamental, representando um incentivo à manutenção da população no meio rural mostrando a importância dessas atividades na sobrevivência dos grupos familiares.

O mesmo ocorre com a renda média não-agrícola que é superior nas propriedades diversificadas, estabelecendo um valor médio de R\$ 12.850,00, o que condiz com uma porcentagem de 11% em relação à renda média total. Para os especializados essa proporção é superior, apresentando-se 20% da renda média total, o que corresponde a um valor de R\$ 8.471,43, demonstrando que a renda não-agrícola possivelmente contribui para redução da pobreza. Segundo estudo realizado por Piacenti e Lima (2010) a renda não-agrícola contribui para a elevação da renda da família em cerca de 26%, valor próximo ao encontrado neste estudo.

Conforme observado por Ney e Hoffmann (2008), o nível de renda não-agrícola tende a ser tão maior quanto mais alto é o rendimento per capita da família, isso corrobora com os resultados apresentados.

A transferência social, neste caso, a aposentadoria, representa 7% ou seja, um valor médio de R\$ 8.287,50 nas propriedades diversificadas. As transferências sociais são fundamentais na composição da renda das unidades estudadas, principalmente, naquelas que são exclusivamente agrícolas. Em relação às atividades operacionais da produção agrícola, há um nível relevante de dependência da contribuição pecuniária dos aposentados, o que mostra o estado de equilíbrio débil das unidades familiares desta localidade.

A agricultura familiar é parcialmente sustentada pelo ingresso de aposentadorias e bolsas-família na economia local. Estudos, como Abramovay et al. (2003), mostram o quanto as transferências sociais contribuem para estabilizar os rendimentos das famílias rurais e mesmo para reduzir o número de famílias consideradas pobres.

A aposentadoria rural garante um rendimento equivalente ao salário mínimo aos agricultores com mais de 60 anos, que também contribuem muito na UTHf das propriedades, essa vantagem financeira consolida os orçamentos familiares da família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou identificar as estratégias de diversificação e especialização da renda dentro da comunidade de agricultores familiares da Barra Grande, em Itapejara d'Oeste e comparar as razões da sua eficiência econômica no período agrícola de setembro de 2009 a agosto de 2010.

A primeira hipótese do estudo foi comprovada, ou seja, pode-se observar que a especialização da produção proporcionou uma renda menor para as propriedades, e uma possível causa, é a demasiada

dependência econômica dos agricultores com a produção de commodities agrícola, esta atividade possui um alto custo de produção e baixa remuneração devido ao ambiente produtivo com muitos produtores em ambiente competitivo, assim, a produção de commodities apresentou uma menor renda por área útil.

Por outro lado, a diversificação da renda aumentou a renda total da propriedade, tornando possível também confirmar a segunda hipótese, ou seja, evidenciar a importância das rendas não-agrícolas, transferências sociais e atividades fora da unidade de produção, para a elevação da renda total da UPAs. Isto é válido tanto para o grupo diversificado quanto para o grupo especializado e apontando uma possível redução da pobreza no meio rural e a permanência dessas famílias no campo.

Outra percepção foi a de que as unidades especializadas dispunham de pouca mão-de-obra, ao passo que ao ocorrer a disposição de maior força de trabalho percebeu-se que houve maior diversificação de renda. Por fim verificamos que propriedades com o Índice de Diversificação acima da média, apresentaram as maiores médias na renda total, renda agrícola e renda não-agrícola quando comparado com a média das propriedades que ficaram com Índice de Diversificação abaixo da média, portanto, conclui-se que a disponibilidade de mão-de-obra possibilita uma maior diversificação, que por sua vez permite a elevação da renda agrícola e total.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ANDRADE, J.G. Introdução em Administração Rural. Lavras: ESAL/FAEPE. 1995.
- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php>>. Acesso em 13/02/2009.
- CEPAL 2002. Panorama Social de ALC 2002.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de administração e empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.
- GUILHOTO, Joaquim. J. M. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. XLIII CONGRESSO DA SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Ribeirão Preto, Julho de 2005. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/930.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2011.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, p.1-267, 2006.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Leituras Regionais: Mesorregiões geográficas sudoeste paranaense. Curitiba, 2009.
- Kageyama, Angela. As Múltiplas Fontes De Renda Das Famílias Agrícolas Brasileiras. Revista Agricultura, São Paulo SP. 2001.
- Kageyama, Angela. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1, 2003.
- NEY, Marlon Gomes e HOFFMANN, Rodolfo. A contribuição das

atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. *Econ. Apl.*[online]. 2008, v.12, n.3, p. 365-393. ISSN 1413-8050.

PERONDI, Miguel Ângelo. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) –Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, Miguel. Ângelo; KIYOTA, Norma e GNOATTO, Almir A. Políticas de apoio a diversificação dos meios de vida da agricultura familiar: uma análise propositiva. 45º CONGRESSO DA SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Londrina, Julho de 2009.

PIACENTI, CARLOS ALBERTO E LIMA, J.R.F. de. O Papel Das Rendas Não-Agrícolas Para Redução Da Pobreza e Concentração Na Região Sul. 48º Congresso da SOBER -Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- Campo Grande, julho de 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/36.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial -

contribuições ao debate. Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. n. 17, 2005.

SCHUCH, Heitor.José. A Importância da opção pela Agricultura Familiar. 2004. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/fetags/fetags99.doc>> Acesso em: 26 fev. 2011.

SIMONETTI, Danieli; VILLWOCK, Ana Paula Schervinski; PERONDI, Miguel Angelo. A estratégia de diversificação da agricultura familiar: o caso da comunidade rural de São João em Itapejara d'Oeste – PR. 48º Congresso da SOBER -Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- Campo Grande, julho de 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/746.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

VAN DER PLOEG, Jan. Dirk. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria. de Nazaré. B. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu. Outubro 1996.